



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO
E INSTALAÇÃO DE SOLUÇÃO DE
VIDEOMONITORAMENTO, E QUE ENTRE
SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA
E A EMPRESA US IMPORT LTDA.
(PROCESSO ADMINISTRATIVO N.
8506569-49.2018.8.06.0000).

CT N.º 18/2018

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, com sede na Avenida Ministro José Américo, Bairro Cambé, Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ sob o número 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Des. Francisco Gladysson Pontes e pelo seu Secretário de Administração e Infraestrutura, Dr. Moisés Antônio Fernandes Monte Costa, e a empresa **US IMPORT LTDA.**, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Jimmy Napoleão Alves, portador da carteira de identidade n. 551.683 SSP/PI, CPF n. 217.740.483-53, com endereço na Av. Dom Severino, nº 2116, Horto Florestal, Teresina/PI, inscrita no CNPJ sob o número 63.347.249/0001-98, daqui por diante simplesmente denominada CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO, pactuam o presente Contrato, que se regerá pela Lei nº 10.520/2002 e pela Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

1.1. Fundamenta-se o presente instrumento na proposta apresentada pela Contratada e no resultado da Licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 009/SSP-PI/2017PI, realizado pela Secretaria de Estado da Administração e Previdência do Piauí, o qual originou a Ata de Registro de Preços nº 001/SSP-PI/2017, que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará aderiu, tudo de conformidade com as disposições da Resolução do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nº 02, de 05 de março de 2015, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883/1994, nº 9.648/1998, nº 9.854/1999, da Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, e de acordo com o Processo Administrativo nº 8506569-49.2018.8.06.0000.

Cláusula Segunda – Do Objeto

2.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento e instalação de Solução de Videomonitoramento, conforme especificações e quantitativos discriminados na cláusula seguinte.

2.2. Vinculam-se ao presente Contrato, o Edital do Pregão Eletrônico nº 009/SSP-PI/2017 e seus Anexos, a Ata de Registro de Preços nº 001/SSP-PI/2017 bem como a Proposta da CONTRATADA, os quais se constituem em parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

Cláusula Terceira – Do Preço



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

3.1. O preço de cada item, bem como sua descrição e marca, encontra-se especificado na tabela abaixo:

| ITEM DA ATA | DESCRIÇÃO | UND. | QTDE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|-------------|---|-------|------|----------------|----------------|
| 5 | GABINETE (tipo Rack) outdoor metálico, 19", com banco de 10 baterias de 12V/7Ah, quadro de distribuição com fonte nobreak 165Vdc e tensão de entrada 220VAC. Marca: CCN Modelo: FP1000 | UNID. | 18 | R\$ 7.425,00 | R\$ 133.650,00 |
| 14 | EQUIPAMENTO DE COMUTAÇÃO DE DADOS (tipo switch) Tipo 1 - PoE de 9 Portas, 30W por porta PoE, L2, 802.3af/at. Marca: Hikvision Modelo: DS-3E0109P-E | UNID. | 54 | R\$ 1.473,00 | R\$ 79.542,00 |
| 21 | CÂMERA FIXA TIPO 2 (IP) - Câmera Bullet IP 2 Megapixel, CMOS de 1/3" com varredura progressiva, 0.01 Lux @ (F1.2, AGC ON), 0 Lux com IR, Lente 2.8 - 12mm @ F1.4, ângulo de visão: 113°-33,8°. Marca: Hikvision Modelo: DS-2CD2620F-IS | UNID. | 380 | R\$ 1.893,00 | R\$ 719.340,00 |
| 24 | CÂMERA FIXA TIPO 5 (IP) - Câmera IP, Sensor CMOS de varredura progressiva de 1/28", Resolução de 2048 x 1536, iluminação ultrabaixa, H.265+, WDR de 120 Db, IP67, IK10, BLC/3D, DNR/ROI, Codificador inteligente: admite baixa taxa de bits, baixa latência, 4 análises de comportamento e detecção de rostos. Marca: Hikvision Modelo: DS-2CD2635FWD-IZS | UNID. | 14 | R\$ 3.680,00 | R\$ 51.520,00 |
| 26 | CÂMERA MÓVEL TIPO 2 (IP) COM SUPORTE - Câmera IP Sensor CMOS de varredura progressiva de 1/2,8", Até 1920 x 1080 de resolução, Zoom óptico 30x, zoom digital 16x, WDR digital, Função de posicionamento inteligente em 3D, Alcance de até 150m de distância de IV, Fonte de alimentação Hi-PoE/24 VCAm, Compatibilidade com compactação de vídeo H.265, equipada com suporte para fixação. Marca: Hikvision Modelo: DS-2DE7230IW-AE | UNID. | 18 | R\$ 9.359,00 | R\$ 168.462,00 |
| 29 | NVR GRAVADOR DIGITAL DE VÍDEO TIPO 1 (IP) - NVR 32 CH, Resolução de até 12 MP, Largura de banda de entrada de 256 Mbps, Largura de banda de saída 256 Mbps, Resolução de gravação 12 MP/8 MP/6 MP/5 MP/4 MP/3 MP/1080P/UXGA/720P/VGA/4CIF/DCIF/2CIF/CIF/QCIF, Formato de decodificação H.265/H.265+/H.264/H.264+/MPEG4. Acompanha 16TB de disco rígido instalado. Marca Hikvision Modelo DS-7732NI-I4 | UNID. | 18 | R\$ 12.951,00 | R\$ 233.118,00 |
| 31 | UNIDADE DE GERENCIAMENTO TIPO SERVIDOR 128CH TIPO 2 (IP) - Servidor para gerenciamento de câmeras IP, tudo em um, 128 canais, SSD instalado com sistema operacional IVMS pré-instalado, 24 TB de HD interno instalado, inclui uma licença central de vídeo (128 canais) por predefinição. Marca: Hikvision Modelo: BLAZER PRO/128 | UNID. | 4 | R\$ 124.144,74 | R\$ 496.578,96 |
| 33 | MONITOR DE VÍDEO - Monitor de vídeo wall 49", IPS, Tela 16:9, Resolução 1920x1080P. Marca: LG Modelo 79SM5C | UNID. | 12 | R\$ 7.685,00 | R\$ 92.220,00 |
| 34 | SUPORTE FIXO PARA MONITOR - Suporte fixo | UNID. | 12 | R\$ 189,00 | R\$ 2.268,00 |



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

| | | | | | |
|---------------------|--|-------|-----|-------------------------|----------------|
| | para monitor de video wall até 65". Marca: LK Modelo: MPSW698MF | | | | |
| 35 | CABO HDMI 05m - Cabo HDMI 5M 2.0 4K 19 pinos. Marca: SCE PIX Modelo HDMI 2.0 5M PREMIUM | UNID. | 12 | R\$ 91,00 | R\$ 1.092,00 |
| 36 | MESA CONTROLADORA IP - Mesa controladora para câmeras móveis, possui teclado, joystick e monitor touch-screen incorporados de toque de 7" TFT com resolução de 800x480; Joystick de 4 eixos; Live view e playback de video na tela e uma resolução de até 1080p; Compatível com NVR/DVR/DVS, matriz, câmera/domo IP, Controlador de vídeo wall etc. Marca: Hikvision Modelo: DS-1100KI | UNID. | 8 | R\$ 11.075,00 | R\$ 88.600,00 |
| 46 | SERVIÇO INSTALAÇÃO CÂMERA CFTV FIXA | UNID. | 394 | R\$ 588,00 | R\$ 231.672,00 |
| 47 | SERVIÇO INSTALAÇÃO CÂMERA CFTV MÓVEL | UNID. | 18 | R\$ 1.659,00 | R\$ 29.862,00 |
| 48 | SERVIÇO INSTALAÇÃO GRAVADOR/SERVIDOR NVR | UNID. | 22 | R\$ 1.284,00 | R\$ 28.248,00 |
| 51 | SERVIÇO INSTALAÇÃO SALA DE MONITORAMENTO | UNID. | 8 | R\$ 1.499,00 | R\$ 11.992,00 |
| 52 | SERVIÇO TREINAMENTO OPERACIONAL | UNID. | 8 | R\$ 1.927,00 | R\$ 15.416,00 |
| VALOR GLOBAL | | | | R\$ 2.383.580,96 | |

3.2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os encargos de natureza tributária, social, previdenciária, de administração, lucros, equipamentos, ferramentas, transportes de material, de pessoal e qualquer outra despesa não especificada no Edital e seus Anexos.

Cláusula Quarta – Do Reajuste

4.1. Os preços oferecidos serão irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista no art. 65 da Lei 8.666/93 ou, após celebração do contrato, depois de decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, quando então poderá o contratado fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo valor do Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE - INPC, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o artigo 40, inciso X, da Lei nº 8.666/93 e os artigos 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14.02.2001.

Cláusula Quinta – Das Obrigações Da Contratada

5.1. Substituir o objeto imediatamente, nos casos de sinais externos de avaria de transporte/mau funcionamento do produto ou defeito evidente, verificados na inspeção do mesmo;

5.2. Arcar com todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas e fretes;

5.3. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, comerciais, civis e criminais, resultantes da execução do Contrato respectivo, no tocante aos seus empregados, dirigentes e prepostos;

5.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato respectivo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

5.5. Entregar os OBJETOS adjudicados, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corrido, contados da comunicação da respectiva Ordem de Fornecimento. O atraso, não justificado, na entrega dos OBJETOS considerar-se-á como infração contratual.

5.6. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cláusula Sexta – Das Obrigações do Contratante

6.1. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas do contrato;
6.2. Designar servidor ou comissão composta por servidores para o recebimento e aceitação dos OBJETOS.

6.3. Verificar no ato da entrega dos OBJETOS o estado geral dos mesmos;

6.4. Efetuar o pagamento na forma regulada na CLÁUSULA DÉCIMA do presente instrumento;

6.5. Notificar o FORNECEDOR caso se verifique alguma irregularidade que diga respeito ao presente instrumento.

Cláusula Sétima – Do Prazo de Vigência

7.1. O prazo de vigência do Contrato será contado da sua assinatura e se estenderá por 12 (doze) meses.

Cláusula Oitava – Do Preço

8.1. Os preços fixados no presente contrato são os apresentados na Proposta da CONTRATADA, devidamente aprovados pela CONTRATANTE, os quais totalizam o valor de **R\$ 2.383.580,96 (Dois milhões, trezentos e oitenta e três mil, quinhentos e oitenta reais e noventa e seis centavos)**.

8.2. Nos preços estão inclusos todos os impostos, taxas, serviços, seguros e demais encargos incidentes, que contribuam para o preço do objeto.

Cláusula Nona – Dotação Orçamentária

9.1. As despesas para realização do objeto correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

04200053.02.122.036.23023.1500000.44905200.27000.1.20
04200053.02.122.036.23023.1500000.44903900.27000.1.20
04200053.02.122.036.23023.1500000.44903000.27000.1.20
04200053.02.122.036.23018.1500000.33903900.27000.1.20
04200053.02.122.036.23024.1500000.44905200.27000.1.20
04200053.02.122.036.23024.1500000.44903900.27000.1.20
04200053.02.122.036.23024.1500000.44903000.27000.1.20
04200053.02.122.036.23019.1500000.33903900.27000.1.20

Cláusula Décima – Dos Pagamentos

10.1. A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada pela Contratada ao responsável pelo recebimento do bem ou serviço.



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

10.2. O ATESTO na nota fiscal e o respectivo PAGAMENTO serão efetuados nos seguintes prazos, de acordo com o valor da despesa:

10.2.1. Despesa maior que R\$ 8.000,00:

a) prazo máximo para atesto: 05 dias úteis contados da apresentação da nota fiscal;

b) prazo para pagamento: até o 5º dia útil contado do atesto na nota fiscal/fatura pelo responsável pelo recebimento do bem ou serviço.

10.2.2. Despesa igual ou menor que R\$ 8.000,00, de acordo com o §3º do art. 5º da Lei nº. 8.666/93:

a) prazo máximo para atesto: 02 dias úteis contados da apresentação da nota fiscal;

b) prazo para pagamento: até o 5º dia útil contado da apresentação da nota fiscal/fatura.

10.3. O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas no Edital.

10.4. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

10.5. A Contratada, optante pelo Simples, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração, conforme modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/2004, Substituído pelo Anexo IV constante da IN RFB nº 791, de 10 de dezembro de 2007. Caso não o faça, ficará sujeita à retenção de imposto e contribuições, de acordo com a referida Instrução.

10.6. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à Contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado no Subitem 9.2., os dias que se passarem entre a data da devolução e a data da reapresentação.

10.7. O pagamento fica condicionado à prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, Previdência Social e junto ao FGTS.

10.8. A compensação financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

10.9. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento incidirão uma única vez, até o efetivo pagamento, baseado no INPC.

Cláusula Onze – Das Penalidades

11.1. Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/96, nas hipóteses de atraso injustificado na entrega dos objetos, será aplicada multa de mora à CONTRATADA de 0,2% (zero vírgula dois décimos por cento sobre o valor do Contrato, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias.

11.2. O atraso injustificado na entrega dos objetos superior a 15 (quinze) dias, caracteriza inexecução total do contrato.

11.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará poderá, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. Consideram-se motivos determinantes para esta punição: fraudar a execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo e cometer fraude fiscal.

11.4. Quando aplicada a multa prevista na alínea "b" será ela compensada por ocasião do pagamento dos valores devidos ou cobrada judicialmente.

11.5. As sanções estabelecidas no item 11.4 podem ser aplicadas à contratada juntamente com as multas moratórias prevista no item 11.2.

11.6. A aplicação de multas, bem como a anulação do empenho ou a rescisão do contrato, ou todas as sanções relacionadas neste contrato serão precedidas de processo administrativo, mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

11.7. As sanções estabelecidas no item 10 são da competência do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Cláusula Doze – Da Rescisão

12.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja sua rescisão com as consequências contratuais, inclusive com o reconhecimento dos direitos da Administração conforme disposto nos artigos 77 a 80 da lei 8.666/93 e posteriores alterações.

12.2. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando contraditório e ampla defesa.

12.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

12.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, quais sejam:

- o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos (I do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos (II do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados (III do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento (IV do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração (V do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato (VI do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores (VII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei (Lei nº 8.666/93) (VIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil (IX do art. 78 da Lei nº 8.666/93);



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

- a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado (X do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato (XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato (XII do art. 78 da Lei nº 8.666/93);
- a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato (XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93).

12.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

12.3.3. Judicialmente, nos termos da legislação.

12.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Cláusula Treze – Da Garantia Contratual

13.1. A CONTRATADA deverá entregar na Central de Contratos do TJCE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de assinatura de contrato, a título de garantia, a quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, podendo a CONTRATADA optar por qualquer das modalidades previstas no art. 56 da Lei 8.666/93, a saber:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, cuja exigibilidade não seja contestada pelo TJCE;

b) Quando se tratar de caução em dinheiro, deverá ser recolhido na Secretaria de Finanças do TJCE;

c) Seguro garantia;

d) Fiança bancária;

I - Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil;

II - Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada deverá re-integralizar o seu valor, no prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data em que for notificada;

III - A não apresentação da garantia até a assinatura contratual ou sua apresentação em desacordo com o prazo fixado significará recusa à assinatura do contrato, ensejando aplicação das sanções previstas;

IV - No caso de rescisão do contrato, a garantia se presta a cobrir prejuízos comprovados;

V - A garantia ofertada deverá cobrir multas aplicadas, bem como obrigações trabalhistas e previdenciárias, não deverá ser proporcional ao tempo de vigência do contrato, garantindo sua totalidade durante todo o período de vigência. Não será aceita cláusula que preveja a realização do contrato por terceiros, bem como cláusula que preveja a subrogação da seguradora nos créditos da segurada. Deve, também, ser concedido pela seguradora, prazo mínimo de 30 (trinta) dias para comunicação pelo TJCE das falhas cometidas pela segurada.

Cláusula Quatorze – Dos Casos Omissos

14.1. A execução deste Contrato e os casos nele omissos serão regulados pelas CLÁUSULAS contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

da teoria geral dos Contratos e disposições de direito privado, na forma preconizada pelo art.54 c/c o inciso XII, do art. 55, da Lei 8.666/1993.

Cláusula Quinze – Da Publicação

15.1. A Contratante providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial do Estado, conforme determina o Parágrafo Único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Cláusula Dezesesseis – Do Foro

16.1. Fica eleito o foro de Fortaleza (CE), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, caso não possam ser resolvidos por via administrativa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.2. E, por estarem justos e acertados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença da(s) testemunha(s) que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Fortaleza/CE, 14 de maio de 2018.

DES. FRANCISCO GLADYSON PONTES
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

SR. MOISÉS ANTÔNIO FERNANDES MONTE COSTA
SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA DO TJCE

SR. JIMMY NAPOLEÃO ALVES
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA US IMPORT LTDA.

TESTEMUNHAS: _____